

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.219 - MA (2019/0099041-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO : LUCAS FERNANDES RIBEIRO BANHOS E OUTRO(S) - MA009629
RECORRIDO : ASSOCIACAO DE DEFESA DOS MICROEMPRESARIOS DE
CONFECÇOES DO ESTADO DO MARANHÃO
ADVOGADOS : JOÃO ULISSES DE BRITTO AZÊDO - MA007631
JURANDIR RIBEIRO SILVA - MA009525A
BENNER ROBERTO RANZAN DE BRITTO - MA019215
RECORRIDO : ROSECLEINE FLORIANA DE BARÃO E FONTES
RECORRIDO : EDMUNDO DOS REIS LUZ
ADVOGADOS : ROSECLEINE FLORIANA DE BARÃO E FONTES - MA004646
EDMUNDO DOS REIS LUZ

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. NÃO CONHECIDA. INTEMPESTIVIDADE. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA EM FACE DE APENAS UM DEVEDOR SOLIDÁRIO. AUSÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO E PRAZO EM DOBRO. SENTENÇA LÍQUIDA. LIQUIDAÇÃO INDIRETA DESNECESSÁRIA. CONDIÇÃO DE ASSOCIADOS COMPROVADA NOS AUTOS. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E IMPROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

I. O agravante pretende a reforma da decisão oriunda do Juízo da 1ª Vara Cível do termo judiciário da Ilha de São Luís que deixou de apreciar a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada por considerá-la intempestiva, autorizando a expedição de alvarás em favor dos exequentes, membros da Associação de Defesa dos Microempresários de Confeções do Estado do Maranhão.

II. O agravado requereu o cumprimento de sentença apenas em face do banco ora agravante, afastando o litisconsórcio com os demais coobrigados nessa fase executória, portanto, não há que se falar em prazo em dobro para o oferecimento da sua defesa, previsto no art. 229, do CPC, face a inexistência de litisconsortes com procuradores diferentes no caso em análise.

III. É desnecessária liquidação imprópria, pois a sentença coletiva é clara a condenar solidariamente o banco agravante e as empresas Almeida Consultoria, São Luís Administradora de Produção e Comercialização LTDA e COTEMAR - Serviços de Modelagens e Corte LTDA ao pagamento de indenização por danos morais em favor dos associados da impugnada no importe de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), acrescidos de correção monetária segundo o índice INPC-IBGE e juros de mora de 01% (um por cento) ao mês a contar da prolação da sentença, assim como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

IV. Ficou comprovada a qualidade de cada associado, substituídos na demanda pela ora agravada, através de documentos carreados pelo próprio agravantes,

Superior Tribunal de Justiça

quais sejam, 'ficha de sócios ou declaração firmada pela presidente da impugnada, assim como a relação jurídica do substituído com o impugnante oriundo do Projeto Grande São Luís está devidamente corroborada por meio de relatório de acompanhamento emitidos pelo impugnante, recibos, notas fiscais, contratos de prestação de assessoria empresarial e técnica, instrumento particular de contrato e autorização e cédula de crédito industrial firmada entre os substituídos e o Banco do Nordeste do Brasil S/A'.

V. Agravo de Instrumento conhecido e improvido para manter a decisão recorrida em todos os seus termos e, por via de consequência, julgar prejudicado o agravo interno" (fls. 21.965/21.966 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 22.164/22.169 e-STJ).

Nas razões recursais (fls. 22.180/22.197 e-STJ), o recorrente aponta violação dos artigos 5º, 6º, 10, 229, 345, IV, 525, § 3º, 771, 779, I, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; 95 do Código de Defesa do Consumidor e 275 do Código Civil.

Sustenta a tese de negativa de prestação jurisdicional ao argumento de que o Tribunal de origem não se manifestou acerca de questões essenciais ao deslinde da demanda.

No mérito, assevera que houve julgamento surpresa, em ofensa ao art. 10 do CPC/2015 e dos princípios da boa-fé e da cooperação, visto que teve sua impugnação considerada intempestiva, mesmo após manifestação do juízo afirmando que o prazo seria em dobro.

Alega que consta do título executivo judicial a condenação solidária de 4 (quatro) litisconsortes passivos e que, ainda que a parte exequente tenha optado por iniciar o cumprimento de sentença contra um deles, os outros 3 (três) litisconsortes possuem interesse na definição do valor executado e, portanto, teriam interesse em apresentar impugnação ao cumprimento de sentença.

Argumenta que *"o litisconsórcio passivo é determinado pelo título executivo judicial, não pelo exequente, de modo que este não poderia afastar o litisconsórcio por sua exclusiva vontade"* (fl. 22.186 e-STJ).

Insiste que os arts. 771, 779, I, e 915, § 3º, do CPC/2015 não se aplicam à hipótese dos autos, pois são específicos para os casos de execução de título extrajudicial, situação em que o credor pode optar se vai ou não instaurar o litisconsórcio.

O art. 275 do CC/2002 também seria inaplicável no caso, visto que o direito

Superior Tribunal de Justiça

conferido ao credor de exigir e receber de um ou de alguns devedores a dívida comum diz respeito ao início de uma demanda, e não ao cumprimento de sentença.

Defende que *"a aparente facilidade de se constatar os beneficiários do título executivo não retira a qualificação de sentença genérica, apta a obrigar a liquidação imprópria"* (fl. 22.193 e-STJ), e que *"pelo menos 229 membros da associação só se associaram após a propositura da ação de conhecimento"* (fl. 22.196 e-STJ).

Contrarrazões apresentadas às fls. 22.256/22.297 e 22.304/22.319 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O inconformismo merece prosperar.

De início, verifica-se que o Tribunal de origem agiu corretamente ao rejeitar os declaratórios diante da inexistência de omissão, obscuridade, contradição ou erro material no acórdão recorrido, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça entende que não importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. (...)

1. Não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal a quo haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento".

(AgInt no REsp 1.624.885/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 16/3/2017, DJe 24/3/2017 - grifou-se)

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PRECATÓRIO. ACORDO HOMOLOGADO PELO JUIZ DA CENTRAL DE CONCILIAÇÃO (CEPREC). INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.

I - Não havendo, no acórdão recorrido, omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973.

(...)

III - Agravo interno improvido."

(AgInt no REsp 1.659.253/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017 - grifou-se)

Por outro lado, assiste razão ao recorrente no que se refere à intempestividade da impugnação ao cumprimento de sentença.

Para melhor compreensão da controvérsia, faz-se necessário um breve relato dos autos.

Na origem, trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que não conheceu da impugnação à execução apresentada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., ora recorrente, por intempestividade.

O magistrado de primeiro grau asseverou ser inaplicável o prazo em dobro para a apresentação da impugnação (art. 525, § 3º, do CPC/2015), porquanto, no presente caso, o cumprimento de sentença foi ajuizado apenas contra o Banco do Nordeste do Brasil S.A., não havendo litisconsortes com procuradores diferentes nesta fase processual (fls. 3.374/3.383 e-STJ). Consignou, ainda, que

"(...) a certidão de fls. 19.278 incorreu em equívoco no tocante à tempestividade da impugnação ao cumprimento de sentença porque considerou que o prazo seria em dobro - quando jamais o fora -, bem como que a decisão de fls. 19.208/19.209, apenas esclareceu, de sorte abstrata - e não para o caso em apreço -, que o prazo para impugnação é de 30 (trinta) dias na hipótese do cumprimento de sentença ser ajuizado em desfavor de mais de um devedor, havendo, assim, litisconsortes, conforme norma incerta nos Art. 229 e Art. 525, § 3º, ambos do CPC, além do que referida decisão não é concessiva de dilação de prazo e tampouco de prazo em dobro em favor do impugnante" (fl. 3.378 e-STJ - grifou-se).

A decisão foi mantida pelo Tribunal local com base nos seguintes fundamentos:

"(...) Inicialmente, devo consignar que a matéria centra-se em examinar a tempestividade da impugnação apresentada no juízo de origem pelo ora agravante.

O art. 779 do CPC, trata da legitimação passiva no

Superior Tribunal de Justiça

procedimento executivo, e é explícito ao afirmar, no seu inciso 1, que a execução pode ser proposta contra o devedor, reconhecido como tal no título executivo.

Além disso, é cediço que havendo condenação solidária o credor pode exigir o valor integral ou parcial da dívida de qualquer um dos executados, cabendo a este que pagar a integralidade da dívida reaver a cota parte do codevedor, nos termos do art. 275, CC. Logo, a exigência do valor integral do agravante em nenhum momento ofende a coisa julgada.

*Nesse sentido, colaciono julgado de minha relatoria, vejamos:
(...)*

Diante disso, é que, conforme assentado na decisão de base, o agravado requereu o cumprimento de sentença apenas em face do banco ora agravante, afastando o litisconsórcio com os demais coobrigados nessa fase executória, portanto, não há que se falar em prazo em dobro para o oferecimento da sua defesa, previsto no art. 229, do CPC, face a inexistência de litisconsortes com procuradores diferentes no caso em análise.

(...)

Sendo assim, considerando a contagem na forma simples, o agravante possuía o prazo final para o pagamento espontâneo em 29/03/2017, assim como para a apresentação de impugnação em dia 25/04/2017, o que não ocorreu, pois somente apresentou esta defesa em 15/05/2017.

(...)

Acertadamente o juízo a quo explicou que a decisão de fls. 19.208/19.209, apenas considerou, de forma abstrata, a execução em face de todos os devedores solidários, apontando assim, eventual prazo em dobro, contudo, isso não ocorreu. Logo, não cabe o argumento de que o agravante presumia possuir em seu favor prazo em dobro" (fls. 21.967/21.969 e-STJ - grifou-se).

Embora o Tribunal local tenha mantido o reconhecimento da intempestividade da impugnação ao cumprimento de sentença apresentado pelo ora recorrente, extrai-se do acórdão que houve um pronunciamento do magistrado de primeiro grau acerca da aplicação do prazo em dobro para a hipótese dos autos. Registra-se que **a cópia da decisão mencionada foi acostada aos autos às fls. 3.148/3.149 (e-STJ)**, e nela consta que "o prazo para impugnação é de 30 (trinta) dias, conforme art. 229 e art. 525, § 3º, CPC".

De fato, independentemente do acerto dessa decisão interlocutória, é inegável que ela gerou uma legítima expectativa para a parte, que utilizou o prazo em dobro com respaldo nesse ato jurisdicional. Eventual equívoco do magistrado quanto ao prazo aplicável ao caso não pode ser imputado à parte, sob pena de ofensa ao princípio da boa-fé processual.

Nesse mesmo sentido é a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESERÇÃO NÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. PRECLUSÃO DA DECISÃO QUE A RECONHECEU. NÃO

Superior Tribunal de Justiça

OCORRÊNCIA.

1. A adoção de entendimento diverso por esta Corte quanto à regularidade do preparo do recurso de apelação encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.
2. O reconhecimento da deserção pelo magistrado singular com base no Código de Processo Civil de 1973, mas, ao mesmo tempo, o seu envio ao Tribunal nos termos do § 3º do artigo 1.010 da atual legislação **foi erro do julgador que não pode ser imputado à parte**, não se podendo cogitar de preclusão a respeito.
3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1.714.683/AL, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/5/2019, DJe 20/5/2019 - grifou-se).

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/1973. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEPÓSITO PARA GARANTIA DO JUÍZO. TERMO 'A QUO' DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO. DATA DO DEPÓSITO. INTIMAÇÃO PARA IMPUGNAR EM 15 DIAS. EQUÍVOCO DO JUÍZO. BOA-FÉ PROCESSUAL DO DEVEDOR. TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. INAPLICABILIDADE AOS FATOS INCONTROVERSOS. PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO. INEXIGIBILIDADE NO REJULGAMENTO DA CAUSA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 356/STF.

1. Controvérsia acerca da tempestividade da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada no prazo de quinze dias contados da intimação, mas quando já transcorrido o prazo contado da data do depósito para garantia do juízo.
2. Fluência do prazo para impugnação ao cumprimento de sentença a partir da data do depósito efetuado para garantia do juízo, sendo prescindível a lavratura de termo de penhora e a intimação do devedor. Julgados desta Corte Superior.
3. Caso concreto em que o juízo determinou, antes do término do prazo, a intimação do devedor para impugnar, não obstante tal intimação fosse dispensável.
4. **Equívoco do julgador que não pode prejudicar o jurisdicionado, em respeito ao princípio da boa-fé processual. Julgados desta Corte Superior.**
5. Inaplicabilidade do óbice da Súmula 7/STJ na hipótese de valoração jurídica de fatos incontroversos da demanda. Julgados desta Corte Superior.
6. Nos termos da Súmula 456/STF: 'o Supremo Tribunal Federal, conhecendo do recurso extraordinário, julgará a causa, aplicando o direito à espécie'.
7. Inaplicabilidade do requisito do prequestionamento quanto aos fundamentos de direito utilizados por esta Corte Superior no rejulgamento da causa de que trata a Súmula 456/STF. Julgados desta Corte Superior.
8. Tempestividade da impugnação ao cumprimento de sentença, na espécie.
9. Retorno dos autos para julgamento das demais questões devolvidas ao Tribunal 'a quo'.
10. AGRADO INTERNO DESPROVIDO" (AgInt nos EDcl no REsp 1.498.854/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 2/3/2018 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL.

IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MARCO INICIAL. PECULIARIDADE DOS AUTOS. DECISÃO EXPRESSA A RESPEITO. IMPOSSIBILIDADE DE PREJUDICAR PARTE POR ERRO DO PODER

Superior Tribunal de Justiça

JUDICIÁRIO. PRECEDENTES. INTIMAÇÃO DA PARTE AGRAVADA PARA RESPONDER AO AGRAVO NA ORIGEM.

1. Em regra, o depósito para garantia do juízo é o termo inicial do prazo para impugnação ao cumprimento de sentença. *Precedentes.*

2. Peculiaridade do caso concreto, em que o juízo de origem determinou expressamente, por decisão irrecorrida, que o início do prazo se daria após redução a termo da penhora do valor depositado e a intimação do devedor para impugnar. **Nesses casos, nos termos do posicionamento sedimentado no Superior Tribunal de Justiça, não pode a parte ser prejudicada por equívoco oriundo do Poder Judiciário, o que conduz à reforma da decisão alvo do agravo interno.**

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sedimentada em recurso especial julgado sob o rito dos repetitivos, orienta-se no sentido da imprescindibilidade da intimação da parte agravada para resposta, de modo a preservar o princípio do contraditório, nos termos do art. 527, V, do CPC/73. *Precedente (REsp 1.148.296/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Corte Especial, DJe 28/09/2010).*

4. Agravo interno a que se dá provimento para dar parcial provimento ao recurso especial" (AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 369.513/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 15/6/2018 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TEMPESTIVIDADE. NULIDADE DA INTIMAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. PRAZO PARA EMBARGOS À EXECUÇÃO. INDUÇÃO A ERRO. PREJUÍZO AO JURISDICIONADO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O reconhecimento da tempestividade dos embargos à execução decorreu do reconhecimento da nulidade da intimação da penhora, porquanto efetivada sem as devidas 'solenidades'. Tal nulidade foi reconhecida após a análise do acervo fático dos autos, o que torna a via do recurso especial inadequada à modificação do julgado, a teor do disposto na Súmula 7/STJ.

2. **'Ainda que equivocado o despacho que concede prazo maior para oferecimento de embargos, tem entendido esta Corte que não pode o jurisdicionado responder por erro induzido pelo magistrado. Precedentes.'** (REsp 720.063/ES, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/3/2005, DJ 20/3/2006, p. 246).

3. Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp 1.468.956/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/10/2014, DJe 13/10/2014 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. In casu, o juízo de primeiro grau determinou a intimação sobre a lavratura do termo de penhora, tendo o embargante protocolado os embargos à execução dentro do prazo consignado pelo juiz singular. Dessa forma, ainda que se entenda, na linha da jurisprudência desta Corte, que o prazo para embargos à execução fluiria da data do depósito, é imperioso reconhecer que o despacho do juízo singular conduziu a entendimento, diverso, de que o prazo somente correria da intimação da penhora.

2. **O equívoco do órgão julgador ou de agentes do judiciário não pode prejudicar o jurisdicionado. Precedentes.**

Superior Tribunal de Justiça

3. *Agravo regimental desprovido*" (AgRg no AREsp 198.235/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/6/2014, DJe 1/8/2014 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - INEXISTÊNCIA - PROCURADORIA DO ESTADO - PRERROGATIVA DE INTIMAÇÃO PESSOAL - INEXISTÊNCIA - INDUÇÃO A ERRO PELO JUIZ - PREJUÍZO AO JURISDICIONADO - TEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO.

1. *A Corte de origem dirimiu a controvérsia de forma clara e fundamentada, embora de maneira desfavorável à pretensão do recorrente. Não é possível se falar, assim, em maltrato ao art. 535 do Código de Processo Civil.*

2. *A prerrogativa da intimação pessoal só é conferida aos Procuradores Federais, Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Defensores Públicos e membros do Ministério Público, não se aplicando aos Procuradores Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios.*

3. *Hipótese em que a nota de expediente publicada no Diário de Justiça Eletrônico fazia referência apenas a intimação da parte embargada. Verificado o equívoco, determinou o Juízo a intimação da Procuradoria do Estado mediante vista dos autos no dia 28/1/2011, data a ser considerada, na espécie, para fins de contagem do prazo recursal.*

4. *Tem entendido esta Corte que não pode o jurisdicionado responder por erro induzido pelo magistrado. Precedentes.*

5. *Recurso especial provido*" (REsp 1.349.832/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/5/2013, DJe 24/5/2013 - grifou-se).

Dessa forma, demonstrado que o recorrente apresentou a impugnação ao cumprimento de sentença dentro do prazo de 30 (trinta) dias deferido pelo juízo de primeiro grau - decisão às fls. 3.148/3.149 (e-STJ) - , deve ser afastada a sua intempestividade, ficando prejudicado o exame das demais matérias constantes no recurso especial.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para o fim de afastar intempestividade da impugnação ao cumprimento de sentença, julgando prejudicado o exame dos demais temas do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator